

CLIENT ALERT

LRCAP 2026 –
Armazenamento: MME
instaura consulta pública para
o primeiro leilão de baterias
no Brasil

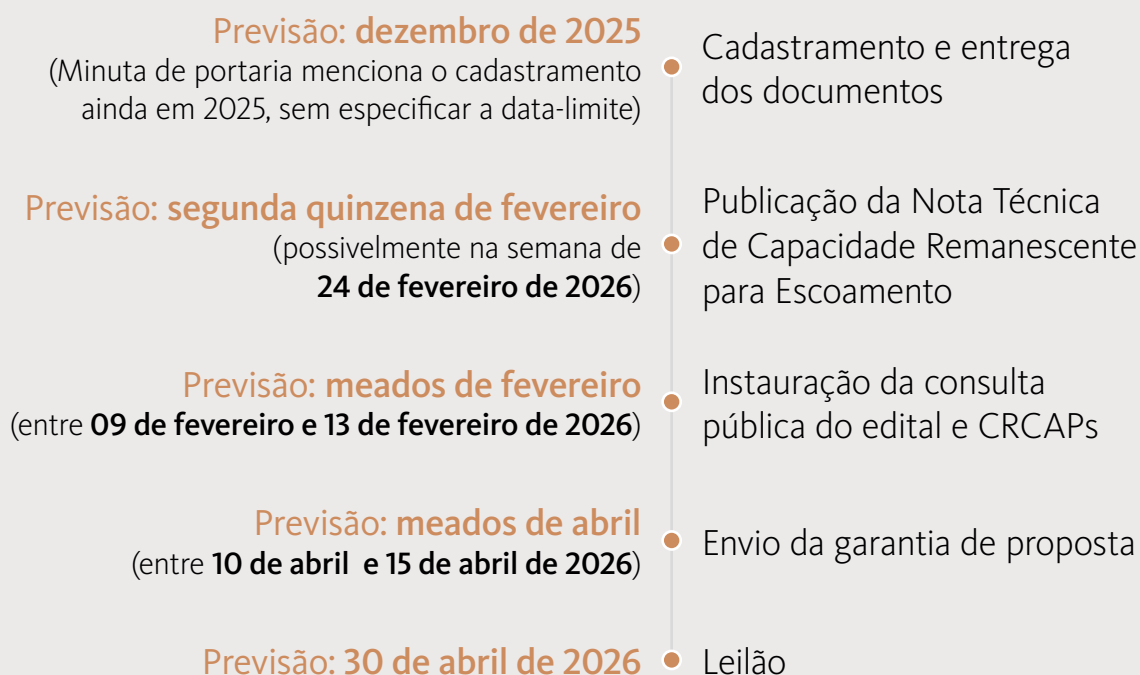
Em 10 de novembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (“MME”) publicou a Portaria nº 878/2025, que instaura a Consulta Pública nº 202/2025. A consulta pública visa obter contribuições até 01 de dezembro de 2025 sobre a proposta de diretrizes e sistemática para o Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência para baterias eletroquímicas (“LRCAP 2026 – Armazenamento”).

O objetivo do LRCAP 2026 – Armazenamento é contratar novos Sistemas de Armazenamento de Energia (“SAEs”), por meio de baterias, visando garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica e atender à necessidade de potência requerida pelo Sistema Interligado Nacional (“SIN”). Além disso, os SAEs contratados poderão ser utilizados para ampliar a flexibilidade e mitigar situações de excedentes de energia sistêmicos, conforme coordenação do Operador Nacional de Energia Elétrica (“ONS”), bem como contribuir com a gestão de restrições nas etapas de programação diária da operação e na operação em tempo real do SIN.

Cronograma do LRCAP 2026 – Armazenamento



As datas indicadas representam previsões, considerando os leilões anteriormente realizados.



<p>Quem pode participar</p>	<ul style="list-style-type: none"> i. Novos SAEs instalados diretamente ao ponto de conexão do SIN, sem compartilhamento de instalações de interesse restrito com outros agentes (conforme NOTA TÉCNICA N° 138/2025/DPOG/SNTEP). ii. Novos SAEs instalados diretamente ao ponto de conexão do SIN de outros agentes, compartilhando as respectivas instalações de interesse restrito. <p>Obs.: O objetivo foi contemplar diferentes arranjos tecnológicos e modelos de negócio, promovendo tanto o desenvolvimento de projetos autônomos quanto a integração de soluções de armazenamento a parques de geração renovável ou a outros agentes. As usinas que compartilhem as instalações de interesse restrito com os SAEs não serão objeto de análise e habilitação técnica pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”).</p>
<p>Compromisso de disponibilidade de potência (MW)</p>	<p>Atendimento à totalidade dos despachos de carga e descarga do ONS estabelecidos na programação diária ou na operação em tempo real, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. <i>Recarga</i>: completa em até seis horas, conforme programação e comando do ONS; e 2. <i>Descarga</i>: compromisso de entrega de disponibilidade de potência máxima de quatro horas diárias, assegurado o tempo de recarga. <p>Obs.: Por conveniência operativa, o ONS poderá despachar o recurso por mais de quatro horas diárias com potência em valores proporcionalmente inferiores à disponibilidade máxima.</p>

Contratos de Potência de Reserva de Capacidade ("CRCAPs")

- Prazo de suprimento de dez anos, com início em 01 de agosto de 2028. O prazo poderá ser antecipado, desde que anuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") e pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE").
- O vendedor não estará isento da obrigação de disponibilidade de potência, mesmo que dentro do limite da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada (TEIF).
- As Indisponibilidades Programadas (IP) do empreendimento deverão ocorrer em períodos previamente acordados com o ONS.

A seguir, listamos as condições de penalização, sem prejuízo de outras definidas pela Aneel:

- Indisponibilidade acima dos índices de referência informados no ato do cadastramento.
- Não atendimento aos compromissos de entrega de disponibilidade de potência negociados.
- Não atendimento ao despacho centralizado, tanto para carregamento quanto para injeção, nas condições definidas pelo ONS.

Obs.: A limitação de desconto na receita a 30% da receita fixa mensal que havia sido prevista na minuta disponibilizada na CP anterior foi excluída.

Energia	<ul style="list-style-type: none"> A energia utilizada para carga e recarga será liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), sendo a diferença custeada pela Conta de Potência para Reserva de Capacidade (“Concap”). O montante de energia de recarga custeada pela Concap se limitará à diferença entre a energia efetivamente injetada e os limites operativos de 85% para eficiência de carga e descarga do sistema (<i>round-trip efficiency</i>). O montante de energia para recarga que ultrapassar esses limites será custeado pelo empreendedor (exposição negativa ao PLD).
Remuneração	Receita fixa anual, paga em doze parcelas mensais, sujeita a ajustes conforme desempenho operativo e atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Documentação para cadastramento

Conforme a Portaria nº 102/2016 e o Manual de Instruções da EPE (minuta disponível para contribuições), os documentos exigidos são listados a seguir:

- 1. Requerimento de cadastramento:** conforme modelo do Anexo III do manual.
- 2. Memorial descritivo do projeto:** com as informações do item 4.2 do Manual (A-Identificação do empreendimento; B- Desenhos de Localização; C- Diagrama Unifilar; e D- ART).
- 3. Documento de acesso e contrato de uso da rede, se aplicável:** há dispensa do documento de acesso se a conexão se enquadrar como Rede Básica, DIT ou ICG e, no caso de conexão na rede de distribuição, deve ser apresentado (i) o protocolo do pedido de Documento de Acesso para Leilão (“DAL”) até a data do cadastramento e (ii) o documento emitido até 75 dias antes da data prevista para realização do leilão.

4. **Ficha de dados do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de Energia Elétrica (AEGE):**
gerada automaticamente a partir dos dados técnicos, cronograma, orçamento e características operacionais preenchidos pelo empreendedor no sistema.
5. **Comprovação do direito de usar ou dispor do imóvel pelo prazo de suprimento do leilão:** declaração do modelo do Anexo VI e documentação de suporte, que inclui, entre outros:
 - a. A certidão de inteiro teor do imóvel expedida pelo Registro Geral de Imóveis (RGI), expedida com menos de 30 dias da data de cadastramento. A certidão deverá conter a **averbação do instrumento de posse e do georreferenciamento** com descrição de toda a área da matrícula (ou comprovação da recusa do cartório por nota devolutiva e do registro no Cartório de Títulos e Documentos
 - b. O instrumento de comprovação da posse direta (contrato de compra e venda, locação, comodato etc.). A certidão deverá conter a averbação do instrumento de posse e do georreferenciamento com descrição de toda a área da matrícula (ou comprovação da recusa do cartório por nota devolutiva e do registro no Cartório de Títulos e Documentos).

Observações:

1. Deve ser contratado montante de uso da rede para injeção e recarga. A forma de tarifação do uso da rede está em discussão pela Aneel no âmbito da 2ª fase da Consulta Pública nº 039/2023.
2. Fica dispensada a apresentação da licença ambiental, cujo prazo de obtenção será definido no edital do leilão.
3. Deve ser declarada ciência da proibição de implantação de centrais geradoras na Área de Desenvolvimento da Subestação (ADS), conforme REN nº 1.055/2022.
4. Não serão permitidas, para fins de habilitação técnica, alterações da potência injetável total declarada no ato do cadastramento.
5. Os equipamentos utilizados deverão ser novos, sem nenhuma utilização anterior, seja para fins de teste de protótipo ou para produção comercial, e devem atender aos Procedimentos de Rede do ONS.

Hipóteses de inabilitação

Os SAEs inabilitados são aqueles:

1. que não atendam às condições para cadastramento e habilitação técnica estabelecidas pela Portaria GM/MME nº 102/2016, e Instruções complementares da EPE;
2. cujo custo variável unitário (“CVU”) seja superior a zero;
3. com disponibilidade de potência máxima inferior a 30 MW;
4. com capacidade de operação contínua e disponibilidade de potência máxima inferior a quatro horas consecutivas;
5. cujo barramento candidato tenha capacidade remanescente para escoamento inferior à respectiva potência injetada e à necessária para a recarga;
6. cuja eficiência de carga e descarga (*round-trip efficiency*) seja inferior a 85%;
7. com tempo máximo de recarga completa superior a seis horas; e
8. cujo barramento candidato tenha capacidade remanescente para escoamento inferior à respectiva potência injetada e à necessária para a recarga.

Alteração de características técnicas

É vedada a alteração que implique modificação do ponto de conexão que altere a elegibilidade do projeto à bonificação de localização (como tópico adiante) ou que comprometa o montante de disponibilidade de potência comercializado no leilão.

Sistemática e critérios de classificação

1. Capacidade remanescente do SIN

Os cenários energéticos que representem condições desafiadoras para o atendimento à demanda do SIN devem ser considerados, sendo observadas as restrições sistêmicas para o carregamento e descarregamento dos sistemas de armazenamento. Essa é uma novidade que não estava na versão anterior da minuta de Portaria que proporciona condições para considerar o uso da bateria conforme a necessidade sistêmica. Essa proposta pode evitar que problemas estruturais de margem restrinjam a habilitação de empreendimentos em pontos em que é mais necessário o armazenamento para absorver excessos energéticos e injetar em condições menos restritivas ao longo de um mesmo dia.

Além de requisito para habilitação, a capacidade remanescente de escoamento também é utilizada na etapa inicial do leilão, em que os concorrentes são classificados por ordem crescente de preço de lance, considerando a capacidade remanescente do SIN para escoamento de geração. Em caso de empate, será classificado quem apresentar menor disponibilidade de potência ofertada por ordem cronológica de submissão do lance.

Na etapa inicial, são subtraídos os montantes associados aos empreendimentos vencedores do LRCAP de 2026 – UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs e do LRCAP de 2026 – UTEs a Óleo e Biodiesel.

Empreendimentos que apresentarem Contratos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão (“CUST/D”) assinados dentro dos prazos previstos na versão final da Portaria de Diretrizes, sob consulta pública, serão automaticamente classificados para a próxima etapa, sem a necessidade de participar da etapa inicial.

A habilitação e a classificação na etapa inicial não são garantias de conexão para os empreendimentos, que devem solicitar um parecer de acesso ao ONS ou à distribuidora para celebração do CUST/D, nos termos e prazos da regulação vigente.

As disposições sobre a forma de contratação do uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica do SIN serão estabelecidas em regulamentação futura da Aneel, assim como os demais ajustes nos regramentos regulatórios que se façam necessários para a inserção dos SAEs no sistema elétrico.

2. Bonificação de localização

Para SAEs conectados em pontos com benefício sistêmico, conforme definido pela EPE, haverá uma dedução no preço de lance. A EPE propôs uma dedução de 10% a 22%, conforme definido pelo MME, que indicou uma dedução de 10% na minuta de Portaria nº 878/2025. A redução do preço de lance se dará exclusivamente para fins de competitividade no leilão (não haverá redução da receita de venda proposta).

Em estudo inicial, a EPE indica que a localização das barras selecionadas deve se concentrar nos estados do **Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Minas Gerais**, pontos com elevada concentração de geração renovável variável – conectada por meio de inversores. Totalizando, nesse caso de teste, aproximadamente 357 barras físicas (incluindo barras de conexão de geração e sistemas de uso exclusivo).

ATENÇÃO!

- **Proposta de critérios de classificação, bonificação locacional e metodologia de cálculo da margem de escoamento.**
 - Os detalhamentos da metodologia utilizada e da proposta de aplicação da bonificação locacional podem ser verificados na Nota Técnica EPE-DEE-NT-086/2025-REVo.
- **Condições de cadastramento e habilitação técnica na EPE (minuta disponível na CP).**
 - A documentação exigida nas instruções de cadastramento da EPE também está em discussão na consulta pública.
- **Regime de remuneração: receita fixa, descontos, risco de despacho.**
 - Será definido na minuta de CRCAP a ser aprovada pela Aneel.
- **Aprovação da regulação pela Aneel (CP nº 039/2023 - 2ª fase): contratação e tarifação do uso da rede.**
 - A minuta exige contratação de montante de uso que permita despacho e carregamento total da bateria.
- **Conversão em lei da MP nº 1.304/2025**
 - As propostas de benefícios fiscais e tributários para os SAEs devem impactar a participação desses empreendimentos no leilão. Dentre elas, destacamos a previsão de regras específicas para adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) no período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030, além da possibilidade de redução de impostos de importação a zero.
 - Regime de outorga (autônomo ou integrado).
 - Rateio de encargos de capacidade apenas entre geradores, para a contratação de capacidade por meio de baterias.

Com base nisso, o LRCAP 2026 – Armazenamento representa um passo decisivo para a inserção de soluções de armazenamento como ativos de potência e flexibilidade no Brasil, reforçando a transição energética e mitigando os impactos do *curtailment*. Trata-se, ainda, de uma oportunidade estratégica para investidores, desenvolvedores de sistemas de armazenamento de energia por baterias (“BESS”), agentes de geração e todo o setor elétrico.

[Acesse a Portaria nº 878/2025 na íntegra.](#)

[Acesse a CP nº 202/2025 na íntegra.](#)

A equipe de **Energia e Recursos Naturais** do Demarest está à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários relacionados ao tema.

DEMAREST